

Serralha, F. (2007). Trabalho de Estudo Autónomo. In A Socialização Democrática na Escola: o desenvolvimento sociomoral dos alunos do 1º CEB. Tese de Doutoramento. Universidade Católica Portuguesa: Lisboa. pp 174-177.

4.4.4. – Trabalho de Estudo Autónomo na sala de aula

Trata-se de uma estrutura de suporte às aprendizagens, disponibilizando-se então para isso, no mínimo, uma hora por dia, onde cada aluno ajuda outro colega a aprender, trabalhando com ele conteúdos em que sente dificuldades. Ou seja, os estudantes ajudam-se uns aos outros a realizar actividades para as quais ainda não se sentem seguros, por não possuírem competências suficientes que lhes permitam uma resolução autónoma. A este propósito, diz Mercer (1997), lembrando a teoria de Vygotsky, que *“aprender com assistência ou instrução é uma aspecto normal, comum e importante do desenvolvimento mental humano”* (p. 84). E acrescenta ainda, que *“o limite da habilidade de uma pessoa para aprender ou resolver problemas se pode ampliar se outra pessoa lhe proporciona a ajuda cognitiva adequada”* (p. 84). E, em consequência, os alunos podem então dar sentido às suas próprias dificuldades, quer seja com a ajuda de um companheiro ou com o apoio do professor, que está em rotação para um complemento aos alunos que lho solicitam, porque se atrasam. Caso contrário, correriam sérios riscos de ficar para trás, podendo até mesmo vir a ser o começo da exclusão.

Neste sentido, esta rotina constitui-se num dispositivo muito importante para se conseguir na escola uma educação inclusiva, não só porque se faz avançar as aprendizagens em que os alunos não conseguiram, de forma independente, atingir o sucesso, mas, sobretudo, pela diferenciação do trabalho que as diversificadas dificuldades de cada um implicam. Como tal, é um tempo de promoção continuada da justiça escolar.

Assim, e segundo Bruner (1996), “[s]e à pedagogia compete autorizar os seres humanos a ir além das suas predisposições ‘naturais’, é seu dever facultar o ‘estojo de ferramentas’ que a cultura desenvolveu para o efeito” (p. 37).

Neste contexto, o TEA é uma dessas ferramentas culturais concebida pelos professores do Movimento para ampliar a compreensão dos alunos. Daí que então coloquem a ênfase na ajuda negociada dos companheiros e no apoio directo do professor, enquanto meios que proporcionam aos estudantes uma ampliação das suas capacidades intelectuais, que decorrem de um tempo diário de estudo assistido, por entenderem ser este o caminho mais prático para a sistematização dos conteúdos curriculares que, a cada criança, se vão revelando de mais difícil consolidação. Em rigor, trabalham-se ali as necessidades vitais de cada aluno, para que todos possam aprender tudo aquilo que ainda não dominam, ou seja, proporcionam a cada criança o tipo de andaime mais adequado à sua situação em particular.

A essência do conceito de andaime, tal como Bruner a utilizava, é a intervenção sensível de um professor para ajudar ao progresso de um aluno que está activamente implicado numa tarefa específica, mas que não é capaz de realizar a tarefa só. (Mercer, 1997, pp. 86 e 87).

No fundo, esse treino assistido visa melhorar a compreensão dos alunos em áreas onde a avaliação revelou certas fragilidades, para que no futuro desenvolvam sozinhos actividades delas dependentes. Como tal, há, aí, uma redução progressiva do auxílio que cada um recebe dos outros, em função dos progressos que vai alcançando. “O ideal é que o estudante vá reduzindo seu nível de dependência da estrutura de apoio à medida que avança na sequência de aprendizagem” (Daniels, 2003, p. 156). Assim, e como o nome desta estrutura sugere, os alunos vão então conquistando a sua autonomia quer pessoal quer moral.

Com efeito, importa ainda notar, que as aprendizagens aí realizadas, não são, de forma alguma, obra do acaso, mas são, isso sim, uma resposta às necessidades reais dos estudantes, que decorrem do seu sistema de autoavaliação cooperada, para dar a todos os alunos a oportunidade de aprenderem tudo aquilo que lhes é imposto pelo currículo nacional. Deste modo, trata-se, portanto, de uma assistência às aprendizagens de cada criança guiada por um plano individual de trabalho (PIT), concebido por cada aluno,

em função do que ele considera ser aquilo que mais precisa de aprender. Logo, orientam a sua elaboração todo o conjunto de mapas de registo dos percursos dos alunos (listas de verificação, mapas de registo de utilização de ficheiros, mapas de produção de textos e de leituras...) e ainda as recomendações que os demais lhe fizeram durante a avaliação do seu último PIT.

Porém, este roteiro do percurso a desenvolver por cada um ao longo da semana, projectado segunda-feira de manhã, em Conselho de planeamento semanal, não integra apenas a área de estudo autónomo, mas a totalidade da sua acção, ou seja, a área de trabalho em Projectos, as comunicações à turma, a tarefa de manutenção e organização comunitária que desempenha essa semana, a avaliação de todo esse trabalho e, finalmente, as orientações e recomendações dos colegas e professor(a) que deverá ter sempre em conta ao planear novo trabalho.

Por último, queremos ainda salientar, que existem dois momentos para avaliação do PIT. O primeiro, tem lugar no balanço que ocorre no final de cada dia, sendo apenas da responsabilidade do seu autor. O segundo, é feito semanalmente, em Conselho de Cooperação Educativa. Aí, cada aluno é então conduzido pelo grupo a reflectir o seu processo de aprendizagem, sublinhando não só os progressos que fez, mas também as dificuldades que enfrentou. Isto para que todos possam ser ajudados pelos demais a ultrapassar essas dificuldades.

Assim sendo, o PIT permite-nos ter, semanalmente, a fotografia de toda a acção desenvolvida por um aluno, mostrando-nos tudo aquilo que fez para aprender. Neste sentido, o conjunto de Planos que ele projectou, dão-nos a história evolutiva da sua aprendizagem.